

Organizadores  
**Jorge Munhós**  
**Ronaldo Pinheiro de Queiroz**

**I FI**



# **ANTICORRUPÇÃO**

## **e Temas de Compliance**

**2ª edição**  
revista, ampliada e atualizada

**2017**

 **EDITORA**  
**JusPODIVM**  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



Total





www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

• E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Diagramação:** Ideia Impressa ([fideiainpressadesign@gmail.com](mailto:fideiainpressadesign@gmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

---

S525I Souza, Jorge Munhós de.

Lei anticorrupção e temas de compliance / Organizadores Jorge Munhós de Souza e Ronaldo Pinheiro de Queiroz – 2. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2016. 704 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-1282-0.

1. Legislação. 2. Anticorrupção. 3. Temas de compliance. I. Souza, Jorge Munhós de. II. Queiroz, Ronaldo Pinheiro de. III. Título.

CDD 341.55172

---

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1082185

# SUMÁRIO

<b>1. UMA NOVA HIPÓTESE DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA? O ESTADO COMO VÍTIMA DE ATOS LESIVOS</b>	
<i>Felipe P. Braga Netto</i> .....	21
<b>2. COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 1º AO 4º DA LEI ANTICORRUPÇÃO</b>	
<i>André Pimentel Filho</i> .....	47
<b>3. ATOS DE CORRUPÇÃO RELACIONADOS COM LICITAÇÕES E CONTRATOS</b>	
<i>Jefferson Aparecido Dias &amp; Pedro Antonio de Oliveira Machado</i> .....	71
<b>4. DILEMAS E BOAS PRÁTICAS DO MODELO MULTIJURISDICIONAL NO COMBATE A ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS: ALGUMAS PAUTAS PARA A APLICAÇÃO DA LEI N. 12.846/13</b>	
<i>Renata Ribeiro Baptista</i> .....	103
<b>5. A LEI ANTICORRUPÇÃO E A ANÁLISE DOS ATOS LESIVOS NO ÂMBITO DAS PARCERIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM O TERCEIRO SETOR</b>	
<i>Horácio Augusto Mendes de Sousa</i> .....	121
<b>6. ATOS LESIVOS CAUSADOS NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE OBRAS PÚBLICAS</b>	
<i>André Pachioni Baeta</i> .....	149
<b>7. RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NA LEI ANTICORRUPÇÃO</b>	
<i>Jorge Munhós de Souza</i> .....	187
<b>8. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO</b>	
<i>Kleber Martins de Araújo</i> .....	243

## LEI ANTICORRUPÇÃO E TEMAS DE COMPLIANCE

<b>9. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DA PROIBIDADE EMPRESARIAL PELOS ESTADOS E A EXPERIÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA DO ESPÍRITO SANTO</b>	
<i>Marcelo Martins Altoé.....</i>	301
<b>10. OS ACORDOS DE LENIÊNCIA NA LEI DE COMBATE À CORRUPÇÃO</b>	
<i>Carolina Barros Fidalgo &amp; Rafaela Coutinho Canetti.....</i>	337
<b>11. OS (INDISPENSÁVEIS) INSTRUMENTOS CONSENSUAIS NO CONTROLE DE CONDUTAS DO DIREITO ANTITRUSTE BRASILEIRO – A EXPERIÊNCIA DO CADE COM O TERMO DE COMPROMISSO DE CESSAÇÃO E O ACORDO DE LENIÊNCIA</b>	
<i>Fernando Antônio de Alencar Alves de Oliveira Júnior.....</i>	375
<b>12. O CONTROLE EXTERNO DA LEI ANTICORRUPÇÃO</b>	
<i>Rafael Jardim Cavalcante.....</i>	407
<b>13. THE RISE OF CORPORATE PROSECUTIONS IN AMERICA</b>	
<i>Brandon L. Garrett.....</i>	443
<b>14. PROGRAMAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO: IMPORTÂNCIA E ELEMENTOS ESSENCIAIS</b>	
<i>Wagner Giovanini.....</i>	457
<b>15. COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO: COMO IMPLEMENTAR UM PROGRAMA</b>	
<i>Edmo Colnaghi Neves.....</i>	475
<b>16. COMO AVALIAR A EFETIVIDADE DE UM PROGRAMA DE COMPLIANCE</b>	
<i>Alessandra Gonsales &amp; Karine Dias Eslar.....</i>	493
<b>17. O PAPEL DO SETOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE NOS NEGÓCIOS</b>	
<i>Marcelo Zenkner.....</i>	509
<b>18. BOAS PRÁTICAS DO SETOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DE UM MERCADO MAIS ÍNTEGRO E ÉTICO</b>	
<i>Paulo Wanick.....</i>	539

## SUMÁRIO

<b>19. RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL DA PESSOA JURÍDICA NA LEI ANTICORRUPÇÃO</b>	
<i>Ronaldo Pinheiro de Queiroz</i> .....	573
<b>20. DAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS NA LEI ANTICORRUPÇÃO: PELA ADMISSIBILIDADE DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS DE LENIÊNCIA</b>	
<i>João Paulo Lordelo Guimarães Tavares</i> .....	627
<b>21. O PAPEL DO JUIZ NA EFETIVAÇÃO DO COMBATE À CORRUPÇÃO. A PREVISIBILIDADE DE JULGAMENTO COMO MAIOR VIRTUDE DO COMBATE À CORRUPÇÃO</b>	
<i>Américo Bedê</i> .....	655
<b>22. O FUNCIONAMENTO DO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP) E DO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)</b>	
<i>Flávio Rezende Dematté</i> .....	665
<b>23. DISPOSIÇÕES FINAIS DA LEI ANTICORRUPÇÃO: PRESCRIÇÃO, CADASTROS, RESPONSABILIZAÇÃO DE AUTORIDADES OMISSAS E OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES</b>	
<i>Bruno Calabrich</i> .....	679